

**ENCONTROS E DESENCONTROS NA AMAZÔNIA PARAENSE:  
Os Tembés-Turé-Mariquita e a Biopalma em Tomé-açu (PA)**

**João Santos Nahum**

Doutor em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP/Rio Claro. Professor da Faculdade de Geografia e Cartografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Pará – FGC/PPGEO/UFPA.  
prof.joaonahum@gmail.com

**João Paulo Carneiro Thury**

Discente do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Pará – PPGEO/UFPA. Técnico Antropólogo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – DF.  
jpthur@hotmai.com

**RESUMO**

Enfocamos uma situação geográfica de encontro e desencontro na Amazônia paraense em torno de disputas territoriais entre os Tembés das terras indígenas Turé-Mariquita I, Turé-Mariquita II e Aldeia Nova e a empresa Biopalma no início do século XXI. Reafirma-se a fronteira amazônica como palco, produto e condicionante de encontros e desencontros de temporalidades e espacialidades, que se traduzem na anulação do outro pela chegada do estranho. Tais encontros e desencontros pedem uma análise geográfica, cujos traços esboçamos neste texto. Analisamos a dendeicultura como evento que redimensiona a dinâmica socioespacial dos Tembés, ameaçando a reprodução de seu modo de vida, posto que a chegada da dendeicultura introduz perspectivas até então desconhecidas.

**Palavras-chave:** Território; Tembés; Biopalma; Encontro e Desencontro.

**MATCHES AND MISMATCHES IN THE BRAZILIAN AMAZON STATE  
OF PARÁ: The Tembés-Turé-Mariquita and the Biopalma in the municipality  
Tomé-açu (PA)**

**ABSTRACT**

The focuses of this study are the matches and mismatches at the Amazon in the State of Pará, Brazil. There are territorial disputes between the Tembés people from the territories of Turé-Mariquita I, Turé-Mariquita II and Aldeia Nova, and the Biopalma company, in the 21st century. The Amazon frontier is restated as a stage, product and condition for encounters and disagreements between temporalities and spatialities, which translate into the annulment of the other through the stranger's arrival. Such encounters and disagreements call for a geographical analysis that we outline in this study. We analyze oil palm cultivation as an event that resizes the sociospatial dynamics of Tembés people, making difficult maintaining their lifestyle, because the arrival of palm oil cultivation introduces perspectives unknown until then.

**Keywords:** Territory; Tembés; Biopalma; Matches and Mismatches.

**ENCUENTROS Y DESENCUENTROS EN LA AMAZONIA PARAENSE:**

## Los Tembés-Turé-Mariquita y la Biopalma en Tomé-açu (PA)

### RESUMEN

Enfocamos una situación geográfica de encuentros y desencontros en la Amazonia paraense en torno de disputas territoriales entre los Tembés de las tierras indígenas Turé-Mariquita I, Turé-Mariquita II y Aldeia Nova y la empresa Biopalma en el inicio del siglo XXI. Se reafirma la frontera amazónica como escenario, producto y condicionante de encuentros y desencontros de temporalidades y espacialidades, que se traducen en la anulación de otro por la llegada de un extraño. Tales encuentros y desencontros piden un análisis geográfico, cuyos trazos describimos en este texto. Analizamos la dendeicultura (Cultivo de Palma Africana) como un evento que redimensiona la dinámica socio espacial de los Tembés, desafiando la reproducción de su modo de vida, puesto que la llegada de la dendeicultura introduce perspectivas hasta entonces desconocidas.

**Palabras clave:** Territorio; Tembés; Biopalma; Encuentros y Desencontros.

### INTRODUÇÃO

Enfocamos uma situação geográfica de encontro na Amazônia paraense em torno de disputas territoriais entre os Tembés das terras indígenas Turé-Mariquita I, Turé-Mariquita II e Aldeia Nova e a empresa Biopalma no início do século XXI. Encontro que reafirma a fronteira amazônica como palco, produto e condicionante de encontros e desencontros de temporalidades e espacialidades (MARTINS, 1997), produzindo espaços de conflitos desencadeados com a chegada do estranho (MARTINS, 1993).

Estamos diante de usos desiguais e contraditórios do território que contrapõem duas dinâmicas socioespaciais na Amazônia paraense. Uma, impulsionada pelas empresas dendeicultoras, busca inserir a renda da terra na reprodução do capital; para quem a terra é força produtiva, cujo interesse se mantém enquanto houver rentabilidade: se não há rentabilidade ela “se muda para outro canto”. E aquela dos indígenas, que utilizam a terra para reprodução do seu modo de vida, e cuja preocupação não é a reprodução do capital ou mesmo a rentabilidade em si, da terra, pois se não tem a rentabilidade esperada, mudam de atividade e não de lugar, diversifica-se a atividade.

Na fronteira amazônica tais encontros e desencontros pedem uma análise geográfica, cujos traços esboçamos neste texto. Analisamos a dendeicultura como evento que assinala um novo tempo na dinâmica territorial do espaço agrário no nordeste paraense (NAHUM, BASTOS, 2014; NAHUM, MALCHER, 2012; NAHUM, SANTOS, 2013). Desde então é possível se identificar um período geográfico do dendê (CARVALHO, NAHUM, 2014) tornado possível por um conjunto de ações políticas estatais e

empresariais que permitiram a formação de territórios da palma e aprofundaram a concentração de terra nas mãos de poucas empresas.

## **AS TERRAS TEMBÉ**

Os Tembé em foco são originários da etnia Tenetehara, de filiação linguística Tupi Guarani. Os 86 indivíduos que integram as atuais 20 famílias das aldeias falam a língua portuguesa e constituíram uniões interétnicas desde tempos remotos. As terras indígenas Turé-Mariquita I e II e a Aldeia Nova estão localizadas no município de Tomé-Açu, na mesorregião nordeste paraense. O acesso às mesmas dá-se a partir do distrito de Quatro Bocas em Tomé-Açu pela estrada PA140, por meio da qual se chega ao ramal Mariquita, onde estão as aldeias (Figura 1), totalizando um percurso de aproximadamente 26 km neste trajeto.

Encontros e desencontros na Amazônia Paraense:  
Os Tembés-Turé-Mariquita e a Biopalma em Tomé-açu (PA)  
João Santos Nahum; João Paulo Carneiro Thury

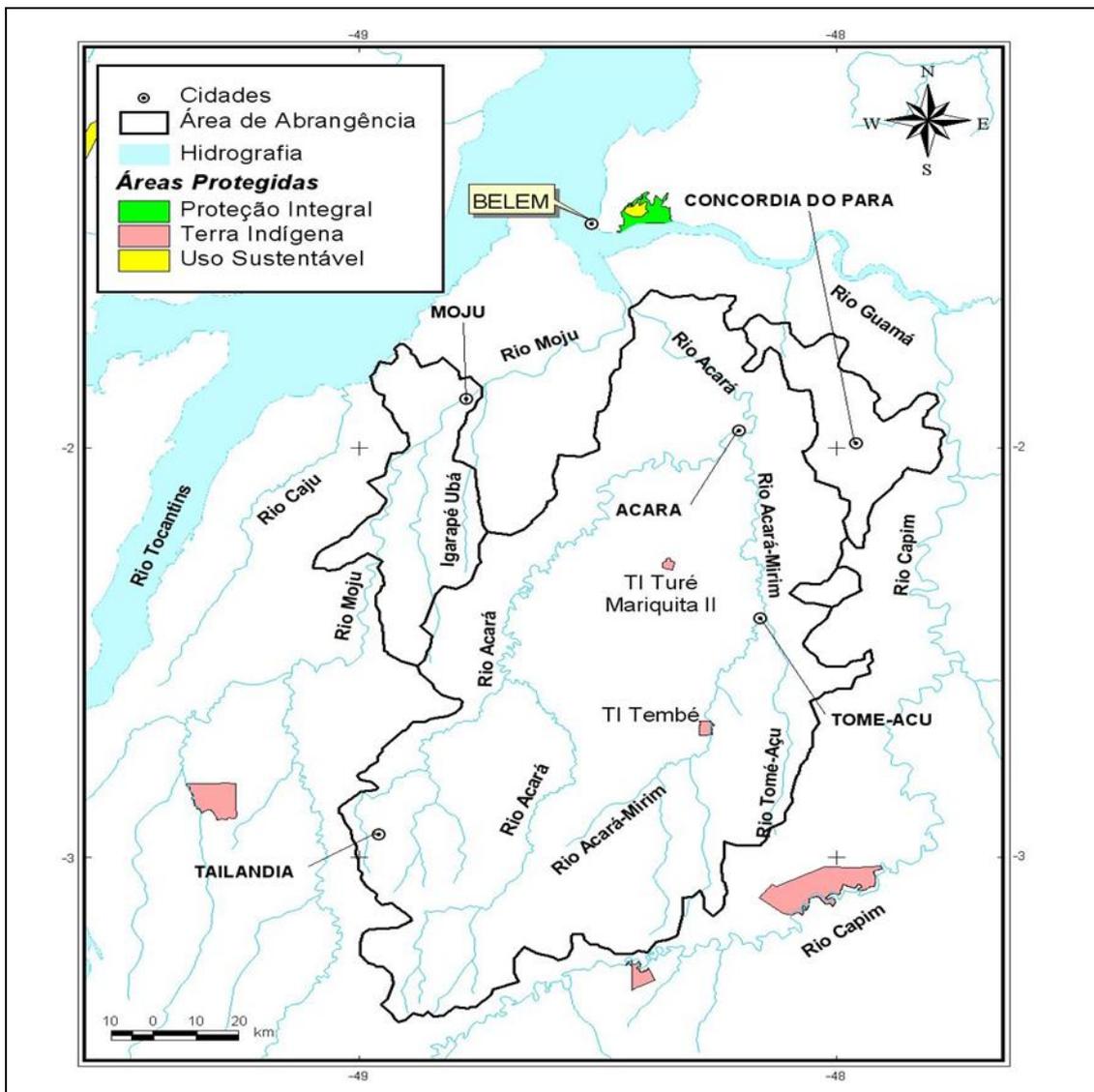


Figura 01 – Distribuição das terras indígenas na área de abrangência direta dos polos da empresa Biopalma no contexto de bacias hidrográficas.

Fonte: Florestas Engenharia, 2011.

A terra foi identificada e delimitada em 1987 e sua demarcação feita em 1988 pela FUNAI (Fundação Nacional do Índio) e regulada pelo decreto 304 de 29 de outubro de 1991; tem uma superfície de 146,9798 ha (cento e quarenta e seis hectares, noventa e sete ares e noventa e oito centiares) e perímetro de 6.157,41 m (seis mil cento e cinquenta e sete metros quarenta e um centímetros).

A área indígena Turé-Mariquita II, onde se encontra a aldeia Teknai, ainda não foi homologada pelo Ministério da Justiça, mas possui um memorial descritivo de demarcação feito pela diretoria de assuntos fundiários da FUNAI, com suas coordenadas delimitadas, e registra-se aí uma superfície, desta área, de 587.9983 ha (quinhentos e oitenta e sete

**Encontros e desencontros na Amazônia Paraense:  
Os Tembés-Turé-Mariquita e a Biopalma em Tomé-açu (PA)**  
*João Santos Nahum; João Paulo Carneiro Thury*

hectares, noventa e nove ares e oitenta e três centiares) e perímetro de 10.387,08 m (dez mil trezentos e oitenta e sete metros e oito centímetros).

A formação da terra indígena Turé-Mariquita começa pela ocupação de lugares em torno do igarapé Turé, em 1971, por Porangati Tembé e sua família. Porangati, em 1940, órfão com aproximadamente 12 anos de idade, deixou sua aldeia no Alto Acará-mirim, acompanhando um *homem branco* conhecido de seus pais (os quais haviam falecido devido epidemia de sarampo, que também causou a morte de parte significativa dos indígenas no rio Acará-mirim). Ao sair da aldeia natal, Porangati foi batizado Lúcio, nome pelo qual ficou conhecido. Isso é ratificado no relato da matriarca da tribo, Sra. Luísa Tembé (69 anos), em entrevista concedida no dia 05/12/2010.

Segundo as memórias do cacique Emídio Tembé, nos primórdios da ocupação desse território, os índios viviam exclusivamente da caça, pesca e coleta e, assim, não mantinham contato com produtos provenientes dos mercados. Com esse estilo de vida eram menos vulneráveis a doenças. Em 1984, um grupo de trabalho foi enviado pela FUNAI para identificar as terras ocupadas pelos Tembés situadas às margens do Acará-mirim, lugar dos Turiwara e Amanayé, os quais haviam sido contatados pelo referido órgão indigenista em períodos anteriores. Foram informados pelos indígenas de que no igarapé Turé, afluente do rio Mariquita, morava Porangati Tembé e seu grupo. A FUNAI entrou em contato com eles, identificando-os em 1987 e demarcando suas terras em 1988, e que foram homologadas em 1991, sendo denominadas, a partir daí, de aldeia Turé-Mariquita (PARÁ PIGMENTOS, 1995), conforme se pode constatar no decreto nº 304, de 29 de outubro de 1991.

A demarcação das terras foi efetivada segundo modelo de lotes rurais, tal como a ocorrida em 1988, através do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), pois antes das intervenções da FUNAI os Tembés eram tratados como colonos. Tal delimitação de terras desperta crítica dos Turé-Mariquita, uma vez que se evidencia no relato destes a indignação com o tamanho restrito da terra que lhes foi reservada inicialmente. Além disso, tem a ação das madeireiras e o estabelecimento de fazendas de gado que paulatinamente se estabeleceram nas redondezas, diminuindo áreas destinadas a prática indígena da caça, coleta e pesca.

Esta realidade apresentou significativa mudança em 1997, quando a empresa Pará Pigmentos S.A, atendendo às pressões do Ministério Público, dos Tembés e da opinião pública, disponibilizou 587.9983 ha de terra para os índios para compensar parte dos impactos socioambientais decorrentes da implantação do mineroduto para o escoamento

**Encontros e desencontros na Amazônia Paraense:  
Os Tembés-Turé-Mariquita e a Biopalma em Tomé-açu (PA)  
João Santos Nahum; João Paulo Carneiro Thury**

de caulim de Ipixuna do Pará até o distrito industrial de Vila do Conde em Barcarena. Esta ação atenuou um tenso momento na história do lugar.

As relações que se estabeleceram entre empresa e índios foram marcadas por conflitos de grandes proporções, tanto no âmbito judicial, quanto na mídia, como se pode observar no depoimento que se segue:

A empresa colocou trabalhadores dentro da nossa área para fazer novos desmatamentos em cima da mineração que corta a nossa reserva. E nós tentamos apreender (sic) oito trabalhadores, mais o gerente. Eles foram detidos dentro de nossa área, informou Lúcio Tembê (...) A empresa desrespeitou o compromisso assumido com os índios e se negou a negociar com eles (...) Na reunião foi discutido o acordo firmado entre a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), a Pará Pigmentos e os índios, num programa que prevê que a empresa custeie, durante cinco anos, algumas alternativas para minimizar o impacto ambiental na região. Algumas coisas, ela (a empresa) já fez, mas ainda faltam as regras de proteção ambiental e fiscalizar mensalmente a mineração para verificar se está havendo algum problema – isso ela não está fazendo, garantiu (Lúcio Tembê), acrescentando que o projeto de piscicultura para a comunidade também não está sendo cumprido (O LIBERAL, 2001).

Entre os anos de 1996 e 1997 o cacique Emídio Tembê e sua família se deslocaram da Aldeia Turé-Mariquita para as terras doadas pela Pará Pigmentos S.A, denominando este local de Aldeia Teknai. No dia 22 de maio de 1997 fez-se a primeira abertura nesta região. A área da aldeia cresceu, afirma o cacique e, conseqüentemente, os recursos naturais também. Além desta terra, os índios mencionam outras conquistas do embate com a empresa Pará Pigmentos S.A, tais como o repasse de seis salários mínimos mensais à Associação Indígena Tembê de Tomé-Açu (AITTA) para investimento em saúde, um trator, poços artesianos, motor para os poços, encanamento das casas, projeto de piscicultura nas aldeias, entre outros.

Após a experiência com a empresa Pará Pigmentos S.A, os indígenas expandiram-se pela área. Em 1996, o cacique Tibúrcio Tembê, casado há 39 anos com a capitoa Domingas Tembê, a convite de seu sogro Porangati Tembê que "queria sua gente mais perto da aldeia Turé-Mariquita" e com a carência de caça na região de Águas Brancas onde morava, comprou uma área de 49,4307 ha ao lado da Terra Indígena Turé-Mariquita, a qual denominou Aldeia Nova. Esta segundo o cacique Tibúrcio por não ter sido demarcada pela FUNAI, "sofre preconceito do próprio povo Tembê". O cacique considera que, o fato de serem índios e possuírem estilo de vida coerente com o da população indígena, faz com que seu território seja elevado automaticamente ao *status* de área indígena, ou seja, a não classificação formal de suas terras não prejudica os direitos inerentes ao grupo indígena que

**Encontros e desencontros na Amazônia Paraense:  
Os Tembés-Turê-Mariquita e a Biopalma em Tomé-açu (PA)  
João Santos Nahum; João Paulo Carneiro Thury**

ali habita, pois usufruem das mesmas prerrogativas dos demais "parentes", inclusive participam do censo indígena do Sistema de Informação de Atenção à Saúde Indígena realizado anualmente pela FUNASA. Além disso, instituições como a FUNAI e a FUNASA reconhecem a Aldeia Nova como parte integrante da comunidade indígena da região, bem como o cacique Tibúrcio enquanto uma liderança influente entre os Tembés.

## CHEGADA DA BIOPALMA

O Programa de Produção Sustentável de Óleo de Palma no Brasil atrai empresas como a BIOPALMA, a PETROBRAS Biocombustível, ADM (Archer Daniels Midland), dentre outras, para o espaço agrário regional, processo que foi precedido pelo aquecimento no mercado de terras nos municípios do Nordeste Paraense em busca de áreas antropizadas, pois, segundo o Art. 4º do Programa “Fica vedada, a partir da vigência desta Lei, a supressão, em todo o território nacional, de vegetação nativa para a expansão do plantio de palma de óleo”.

Segundo o decreto 7.172 de 07 de maio de 2010, nos municípios da microrregião Tomé-Açu encontramos áreas preferenciais e regulares para o cultivo do dendê, conforme a tabela 1.

Tabela 1 – Área para cultivo do dendê na microrregião de Tomé-Açu

Municípios	Área para cultivo (hectare)	
	Preferencial	Regular
Acará	209.028,96	367.265,16
Concórdia do Pará	30.288,60	38.830,32
Maju	155.803,32	245.466,36
Tailândia	0	194.526,36
Tomé-Açu	0	279.123,48
<b>TOTAL</b>	<b>395.120,88</b>	<b>112.521,68</b>

Fonte: Anexo do decreto 7.172 de 07 de maio de 2010. Organizada pelos autores.

O decreto aprova o zoneamento agroecológico da cultura da palma de óleo,

Considerando se basicamente o cruzamento da aptidão climática com a aptidão das terras para o dendê, conferindo-se ênfase na interação entre solo e clima. Para avaliar a aptidão das terras para essa cultura, os fatores limitativos dos solos considerados representativos das condições agrícolas das terras são deficiência de fertilidade natural, deficiência de água, excesso de água e riscos de inundação, susceptibilidade à erosão, impedimentos ao desenvolvimento radicular, e impedimento à mecanização (Anexo do Decreto nº 7.172, de 7 de maio de 2010).

**Encontros e desencontros na Amazônia Paraense:  
Os Tembés-Turê-Mariquita e a Biopalma em Tomé-açu (PA)**  
*João Santos Nahum; João Paulo Carneiro Thury*

Trata-se de áreas antropizadas até 2007, pois antes a microrregião de Tomé-Açu conheceu o cultivo de outros produtos e atividades em função das quais reproduziu a dimensão espacial da vida cotidiana. A extração de madeira, pecuária extensiva, a cultura da pimenta, da mandioca, a policultura de frutas, dentre outras atividades, possibilitaram aos municípios ter na agropecuária um forte setor de seu PIB, sempre associadas ao forte setor de serviços e ao fraco setor industrial, somados aos impostos e fundo de participação municipal que compunham o PIB.

Antes do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB) e do Programa de Produção Sustentável de Óleo de Palma no Brasil, o Grupo Agropalma praticamente monopolizava o agronegócio do dendê na microrregião de Tomé-Açu e seus produtos destinavam-se à indústria de alimentos. A partir destas políticas de estado, sobretudo com o apoio do Decreto nº 7.172, de 7 de maio de 2010, que aprova o zoneamento agroecológico da cultura da palma de óleo, a cultura do dendê é também promovida por empresas como BIOPALMA, Petrobrás Biocombustível, a portuguesa GALP Energia, a multinacional ADM (Archer Daniels Midland Company) dentre outras que se estabelecem na região. Isso porque o anexo do decreto mostra 23.276,73 km<sup>2</sup> de área preferencial para o cultivo da palma, distribuídos por 53 municípios, e 69.999,88 km<sup>2</sup> de área regular, distribuídos por 66 municípios.

O zoneamento reedita a ideia de espaço vazio e a ideologia da fronteira, tal como descritos em Nahum (2012). Na segunda década do século XXI, multinacionais como a Vale e a Petrobrás, que, historicamente, tem seu foco em setores não-agrícolas, orientam parte de seus recursos técnicos, humanos e financeiros para produção de óleo de palma de dendê utilizável na composição do biodiesel, constituindo empresas como BIOPALMA, uma empresa do grupo Vale e Petrobrás Biocombustível. Nesse contexto, políticos, empresários e comerciantes regionalmente conhecidos promoveram uma verdadeira varredura fundiária, mapeando imóveis rurais potencialmente qualificados para dendeicultura. Fazendas agropecuárias, sítios, chácaras, produtivos ou não, foram negociados, impulsionando o capital especulativo alicerçado na terra. O montante do capital especulativo aumentava quando a terra era revendida para os novos empreendedores da dendeicultura de energia.

O mercado de terras cria condições territoriais para que empresas adquiram terras para dendeicultura. A BIOPALMA, segundo BASA (2012), tem por meta plantar 80 mil hectares, sendo 60 mil/ha próprios, praticamente adquiridos, e 20 mil/ha em associação com a agricultura familiar, abrangendo 2 mil famílias nos municípios de Abaetetuba, Acará,

Concórdia do Pará, Moju e Tomé-Açu. Considerando-se que a reserva legal a ser respeitada pelo dendê no estado do Pará, pois o mesmo tem Zoneamento Ecológico-Econômico, é de 50% da área plantada, podemos dizer que a BIOPALMA terá o monopólio de uso do território de uma área de 160 mil/ha.

A PETROBRAS BIOCOMBUSTÍVEL, conforme BASA (2012) desenvolve dois grandes projetos de agricultura de energia na região. O projeto Belém Bioenergia S/A (BBB) em associação com a GALP ENERGIA, visa produção de óleo para Portugal. Ele prevê exportar 250 mil toneladas em 2014, abrangendo 50 mil/ha em associação com agricultores familiares e produtores independentes. O outro projeto é Petrobras Pará, que tem por meta ocupar uma área de 48 mil/ha e abastecer a região norte. A empresa não tem interesse em comprar terras, por isso estabelece parcerias, sobretudo arrendamento e programas de agricultores familiares. Concretizando-se essa meta a PETROBRAS BIOCOMBUSTÍVEL terá o monopólio de uso do território de uma área de 196 mil hectares, considerada a reserva legal.

A ADM do Brasil, de acordo com BASA (2012), iniciou em 2011, a construção de uma planta de processamento de palma no município de São Domingos do Capim, em parceria com produtores locais e o governo. A produção ocupará um total de 12.000 ha, sendo 50% de domínio próprio, e a outra metade, em parceria com a agricultura familiar (600 famílias com plantio individual em torno de 10 ha). A usina de processamento será implantada na comunidade Perseverança, no município de São Domingos do Capim, com capacidade de 60 toneladas de cachos de frutos frescos por hora. Concretizando-se essa meta, a empresa terá o monopólio de uso do território de uma área de 24 mil hectares, considerada a reserva legal.

O *boom* do dendê ressalta a histórica concentração de terra, que se tornou assunto esquecido, sufocado pelo discurso do desenvolvimento territorial rural, da geração de emprego e renda, da inclusão social, da recuperação de áreas degradadas pela pecuária de modo que, na contabilidade das vantagens comparativas a concentração de terra aparece como um mal necessário e menor. Os territórios do dendê mostram a concentração e a centralização de terra em poucas empresas. Segundo o boletim do BASA (2012), a meta da Biopalma é 80 mil hectares de plantio (e partindo-se do pressuposto de que o dendê tem 50 de reserva, isso significa que ela quer ocupar 160 mil/ha. E considerando-se o cadastro ambiental rural das propriedades em nome da empresa, percebemos que ela está próxima de alcançar essa meta. É o que mostra a Tabela 2).

**Encontros e desencontros na Amazônia Paraense:  
Os Tembés-Turê-Mariquita e a Biopalma em Tomé-açu (PA)**  
*João Santos Nahum; João Paulo Carneiro Thury*

Tabela 2 – Propriedades da Biopalma na Microrregião de Tomé-Açu

<b>Communities</b>	<b>Area (hectares)</b>	<b>Nº propriedades</b>
Acará	46.769,3946	36
Concórdia do Pará	11. 235,9192	14
Moju	25.634,2023	11
Tomé-Açu	48.319, 2577	24
Tailândia	2.500,5547	2
<b>TOTAL</b>	<b>134.459,3285</b>	<b>87</b>

Fonte: <<http://monitoramento.sema.pa.gov.br/simlam/index.htm>>. Acesso em 14 nov. 2015.

No estado do Pará conhecemos quatro caminhos pelos quais as empresas adquirem terra e plantam a palma: compra, arrendamento, associação com produtor familiar e aquisição da produção de produtores particulares. Em se tratando de compra trata-se de áreas predominantemente antropizadas inicialmente pela extração de madeira, precursora da pecuária extensiva (mas, não exclusivamente); e de fazendas que têm na renda da terra seu principal instrumento de valorização.

As áreas adquiridas na região de Tomé-Açu encontravam-se bastante degradadas, devido ao uso intensivo do solo ocasionado pela atividade agropecuária, que durante anos foi alterando a paisagem na região (FLORESTAS ENGENHARIA, 2011). Na área de abrangência direta de todos os polos e propriedades da empresa Biopalma existem somente duas Terras Indígenas, ocupando somente 0.1% da área, coincidentemente na região de Tomé-Açu.

A aquisição de áreas na região de Tomé-Açu se iniciou no final de 2007, início de 2008. Em 2009, a empresa instalou seus viveiros na região. Entre maio/junho de 2009 o preparo de área foi iniciado nas fazendas que compõem o polo e em janeiro de 2010 ocorreu o primeiro plantio; a implantação dos dez mil hectares de dendê na região de Tomé-Açu termina em março de 2011, quando foi finalizada a segunda etapa de plantio, que teve início em janeiro 2011.

Durante esses processos houve a abertura das rodovias Transbiovale, que cruzam as terras do empreendimento, com acesso livre para as pessoas em geral (população local, funcionários da empresa, empreiteiros, trabalhadores...). As propriedades adquiridas pela empresa que fazem fronteira com as terras indígenas são as fazendas Três Irmãs, Campo Belo e Eikawa, conforme se pode observar na Figura 02, onde também se pode identificar as áreas degradadas que estão reservadas para o plantio de palma de óleo.

Encontros e desencontros na Amazônia Paraense:  
Os Tembés-Turê-Mariquita e a Biopalma em Tomé-açu (PA)  
João Santos Nahum; João Paulo Carneiro Thury

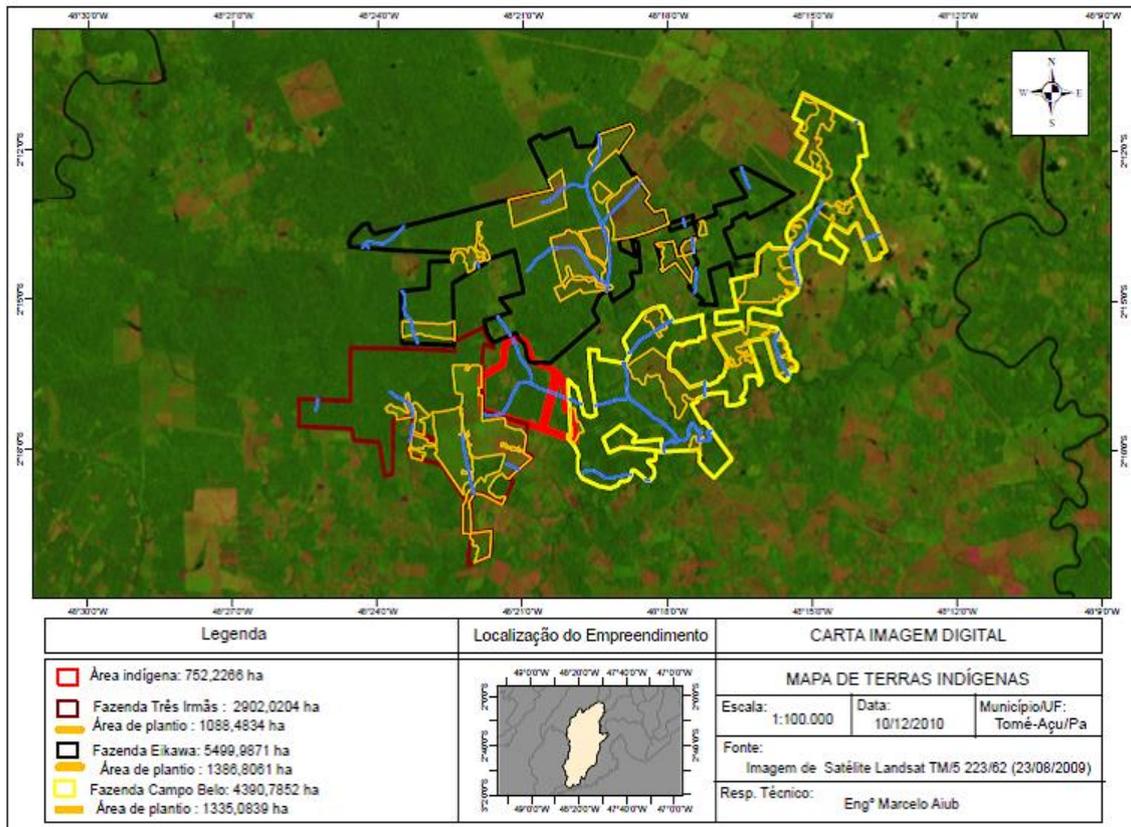


Figura 02 – Carta imagem das Fazendas Três Irmãs, Campo Belo e Eikawa e interseções com as áreas indígenas em abrangência.  
Fonte: Florestas Engenharia.

Um dos traços novos da expansão da dendeicultura é que o poderio econômico dos empreendimentos não se traduz em patronato político local. Isto é, historicamente nos diversos momentos nos quais a economia regional era redefinida pelo mercado mundial, como na época do cacau, da borracha, da juta, da malva, dentre outros, o poder econômico frequentemente se traduzia em hegemonia política local, de modo que as câmaras municipais, as prefeituras, as assembleias legislativas e mesmo os poderes executivos traduziam a forças dos grupos e famílias economicamente dominantes. Tal lógica parece se reproduzir apenas parcialmente no período do dendê, pois os grupos e famílias economicamente dominantes continuam a ter seus interesses salvaguardados pelo executivo, reforçando o poder do atraso, o que é perceptível para a sociedade. Aliás, os municípios se utilizam de mecanismos tradicionais para ter suas demandas atendidas (NAHUM, 2011). Igualmente, concebem as empresas como portadoras do moderno. Por outro lado, estrategicamente, a empresa procura manter relação amistosa com a vizinha população indígena, prestando-lhe auxílio quando necessário. Em 2010, a Biopalma formalizou contrato de trabalho com três indígenas representantes de cada aldeia que

**Encontros e desencontros na Amazônia Paraense:  
Os Tembés-Turê-Mariquita e a Biopalma em Tomé-açu (PA)**  
*João Santos Nahum; João Paulo Carneiro Thury*

vigiam suas próprias áreas. Além disso, foi realizada limpeza dos picos de demarcação das áreas indígenas.

As terras dos índios Tembê registram episódios de luta e movimentos migratórios constantes com o objetivo de ampliação de suas terras. Contudo, atualmente eles estão limitados a territórios exíguos, sendo que dois deles ainda não foram titulados como Terras Indígenas pelo órgão indigenista competente. Encontra-se em curso um processo de expansão territorial nas três aldeias, gerando relações inter-étnicas no anseio por aumento populacional, que são desfavoráveis à perpetuação da cultura indígena. Ameaçadas de perder suas referências étnicas, os aldeados planejam e fazem investimentos na valorização cultural, que aparentemente não apresenta expressividade entre a população jovem e adulta, restando o número considerável de crianças que são o alvo dos investimentos em preservação da língua Tupi-Guarani e costumes nativos dos Tenetehara, uma vez que os mitos e rituais ainda preservados são escassos, realidade esta que também está associada à adesão a práticas religiosas adotadas pelas comunidades vizinhas, com destaque para a influência da igreja Assembleia de Deus que possui instalações na aldeia Teknai.

As atividades tradicionais de caça, pesca e coleta estão em segundo plano nas práticas diárias exercidas pelos indígenas, que justificam este fato pela restrição territorial, falta de interesse dos jovens e escassez proeminente dos recursos naturais. Esta realidade reitera a iminente perda de referências étnicas e culturais que demandam intervenções urgentes para resgatar os costumes tradicionais, que seria uma das atribuições inerentes à atuação da FUNAI, como órgão responsável pela preservação do equilíbrio cultural do índio.

Temos um movimento de afastamento recíproco entre a FUNAI e os índios. Os indígenas interpretam esse distanciamento como algo positivo, uma atitude que denota independência, devido ao suporte proporcionado por ONGs, através das quais buscam, ativamente, recursos financeiros e garantia de seus direitos. Todavia, a experiência da AITTA acarretou complicações de ordem administrativa na gerência dos recursos e trabalhadores contratados, além do desvio dos objetivos originários da Associação que agora serão retomados, sendo que estes convergem justamente para investimento na cultura indígena, em vez de subsidiar a saúde como foi feito até o momento. Essa realidade denuncia a necessidade de assessoramento para que um recurso fundamental como a AITTA não corra o risco de desestruturar-se.

No momento atual a influência da empresa Biopalma nas áreas próximas a seus territórios desperta expectativas e críticas dos índios acerca do empreendimento de

dendeicultura. As expectativas consistem no apoio da empresa para financiar os recursos humanos das escolas e do novo posto de saúde; ampliação das contratações de trabalho; apoio na aquisição de recursos tecnológicos como computadores e acesso à internet; suporte às práticas artesanais; financiamento de um viveiro de espécies florestais e medicinais nas áreas degradadas; restrição do acesso de estranhos às aldeias; entre outros anseios.

Em relação às críticas, os índios responsabilizam a empresa pela seca de seus igarapés, julgando que a abertura das rodovias Transbiovale contribuiu para esse fato. Queixam-se também de que esses novos acessos permitem a entrada de um maior número de pessoas em suas terras, o que causa temores de um eventual aumento, aí, da violência, tráfico de drogas, etc. Além disso, queixam-se da notória limitação territorial devido à compra das fazendas vizinhas pela referida empresa, ficando eles restritos ao espaço delimitado, sem poderem ampliar sua área de perambulação para atividades como a caça.

Sobre os pontos positivos destacados pelos índios, estes consistem na maior sensação de segurança proporcionada contra a ação de madeireiros; limpeza dos picos de demarcação das terras indígenas pela empresa; contratação de funcionários e favorecimento do diálogo.

Os índios expressam que necessitam de esclarecimentos sobre a natureza do empreendimento de dendeicultura e suas implicações. Entretanto, de maneira geral, o grupo é bem visto pela empresa Biopalma, uma vez que demonstram que há satisfatória interação e comunicação entre as partes.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desta realidade explicita a vulnerabilidade atual vivenciada pelos índios das aldeias estudadas, nos aspectos fundiário, cultural, social e organizacional. Nesse contexto, um empreendimento de grandes proporções como o agronegócio do dendê pode incidir sobre as referidas terras, tanto positiva, quanto negativamente.

Sabe-se que o dendê cultivado em sistemas agroflorestais poderia ser uma boa alternativa de geração de renda para comunidades isoladas e agricultores familiares, porém não há dados que evidenciem os efeitos positivos do plantio de dendê em terras indígenas, uma vez que esse grupo apresenta peculiaridades que devem ser consideradas, antes de serem inseridos na dinâmica rígida de produção em escala.

**Encontros e desencontros na Amazônia Paraense:  
Os Tembés-Turé-Mariquita e a Biopalma em Tomé-açu (PA)  
João Santos Nahum; João Paulo Carneiro Thury**

Por outro lado, a dendeicultura tem um alto potencial de geração de emprego, já que o manejo é manual, exige muita mão de obra e sua perenidade garante certa estabilidade na contratação de trabalhadores. Além da mão de obra utilizada nas usinas de processamento e demais funções ligadas a ele, de modo geral a estimativa do setor é que o dendê empregue, nas áreas de plantio, um trabalhador a cada dez hectares.

Nestes termos, pode-se inferir o crescimento populacional na região, tanto de pessoas efetivamente contratadas para trabalhar quanto daquelas que virão em busca de emprego, processo este que é comum durante os processos de implantação de grandes empreendimentos. Assinala-se que esse fenômeno já se reproduz nas comunidades indígenas, onde famílias que viviam afastadas e parentes com descendência indireta indígena estão retornando para as aldeias, sendo que a maioria delas não possui renda fixa; parte significativa não é indígena e são explícitos em demonstrar suas expectativas de obter emprego com o empreendimento.

Se por um lado a cultura de dendê pode reduzir os índices de desemprego nas aldeias, por outro se constitui num atrativo que pode gerar uma explosão populacional e com isso prejudicar ainda mais os processos de identidade cultural; aumentar os índices de violência, abuso de álcool e drogas; favorecer as uniões inter-étnicas, entre outras implicações.

Toda essa conjuntura, associada ao quadro atual de vulnerabilidade apresentado pelos índios, demanda medidas que possam orientar intervenções adequadas na qual também constam as avaliações dos componentes prognósticos dos possíveis impactos etno-socioeconômicos atinentes ao empreendimento.

## REFERÊNCIAS

BASA. “A experiência do Banco da Amazônia com projetos integrados de dendê familiar”. **Revista Contexto Amazônico**, Ano 5, n. 22, 2012. Disponível em: <<http://bancoamazonia.com.br>>. Acesso em: 27 jun. 2015.

CARVALHO, A. C. A. de C; NAHUM, J. S. “Período do dendê na Amazônia paraense”. In: NAHUM, J. S. (Org.). **Dendeicultura e dinâmicas territoriais do espaço agrário na Amazônia Paraense**. Belém: GAPTA/UFPA. 2014. p. 13-40.

FLORESTAS ENGENHARIA LTDA. **Diagnóstico Etnoambiental das Terras Indígenas Tembê Turé-Mariquita I, Turé- Mariquita II e Aldeia Nova**. Belém/PA, 2011.

MARTINS, J. de S. **Fronteira. A degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: Editora HUCITEC, 1997.

- MARTINS, J. de. S. **A chegada do estranho**. São Paulo, Editora HUCITEC. 1993.
- NAHUM, J. S. Usos do território e poder do atraso em Barcarena (Pará). **Cuadernos de Geografía - Revista Colombiana de Geografía**, v. 20, n. 1, 2011. Disponível em: <<http://www.revistas.unal.edu.co/index.php/rcg/article/view/23066/36708>>. Acesso em: 27 jun. 2015.
- NAHUM, J. S. “Região e representação: a Amazônia nos planos de Desenvolvimento”. **Biblio 3W. Revista bibliográfica de geografía y ciencias sociales**, v. XVII, n. 985, 2012. Universidad de Barcelona. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/b3w-985.htm>>. Acesso: 27 jun. 2015.
- NAHUM, J. S; BASTOS, C. S. “Dendeicultura e descampesinização na Amazônia paraense”. **Campo-Território: revista de geografia agrária**, v. 9, n. 17, p. 469-485, abr. 2014. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/issue/view/1113>>. Acesso em: 27 jun. 2015.
- NAHUM, J. S; MALCHER, A. T. “Dinâmicas territoriais do espaço agrário na Amazônia: a dendeicultura na microrregião de Tomé-Açu (PA)”. **Confins [Online]**, n. 16, 2012. Disponível em: <<http://confins.revues.org/7947?lang=pt>>. Acesso em: 27 jun. 2015.
- NAHUM, J. S; SANTOS, C. B. “Impactos socioambientais da dendeicultura em comunidades tradicionais na Amazônia paraense”. **ACTA Geográfica**, Boa Vista, Ed. Esp. Geografia Agrária, 2013. Disponível em: <<http://revista.ufr.br/index.php/actageo/issue/view/117/showToc>>. Acesso em: 27 jun. 2015.
- O LIBERAL. **Índios Tembê protestam contra Vale**. 30/05/2001. Disponível em: <<http://ti.socioambiental.org/noticia/2917>>. Acesso em: 27 jun. 2015.
- PARÁ PIGMENTOS S.A. **Diagnóstico Etnoambiental dos grupos Tembê e AIs Tembê, Ture-Mariquita e Urumateua de Tomé-Açu (PA): Relatório Técnico**. Vitória: Cepamar, 1995. 154 p.

Recebido para publicação em 23/10/2015  
Aceito para publicação em 16/11/2015